

Mercosul, que tipo de projeto estratégico para o Brasil?.

Mallmann Maria.

Cita:

Mallmann Maria (2010). *Mercosul, que tipo de projeto estratégico para o Brasil?.* V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/873>

Mercosul, que tipo de projeto estratégico para o Brasil?
(versão preliminar)

Maria Izabel Mallmann¹

Introdução

Desde a segunda metade da década de 90, o Mercosul tem perdido a centralidade nos estudos sobre integração regional, seja por que outras iniciativas do gênero têm ocupado a agenda política e acadêmica, seja porque as expectativas quanto à viabilidade daquela experiência têm sido frustradas diante de inúmeros fatores.

A ênfase dada pelo Brasil ao “alargamento” da integração a partir, fundamentalmente, do final dos anos 90 ensejou uma série de iniciativas de escopo mais abrangente, envolvendo todos os países sul-americanos e, mais recentemente, também os demais países latino-americanos. Essa alteração de foco da política de integração do Brasil reorientou a produção acadêmica sobre o tema e também alimentou a percepção de que a estratégia original de integração que dera lugar ao Mercosul no início dos anos 90 teria se esgotado. Esse esgotamento não se daria necessariamente por ações voluntaristas do Brasil, mas por reorientações de política constrangidas por acontecimentos e transformações contextuais e estruturais aos quais cada um e todos os membros do Mercosul tiveram que responder.

A acelerada liberalização econômica mundial e as sucessivas crises financeiras internacionais estariam entre os fatores que têm contribuído para sobrecarregar a agenda interna dos países membro e para subtrair suas capacidades de ação externa, colocando-os em posição mais passiva, quando não defensiva, do que seria desejável num processo equilibrado de integração. Por outro lado, a desconfortável situação política, social e econômica dos vizinhos os têm propendido a atuar de forma mais reivindicativa no âmbito do bloco, o que para muitos analistas demonstra a inviabilidade de uma integração materialmente interessante para o Brasil.

¹ Doutora em Ciência Política. Professora de política internacional e integração regional. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. E-mail: izabel.mallmann@pucrs.br

Por um lado, a desproporção da economia brasileira em relação às demais anima interpretações que vêem como mais promissora uma forma de relacionamento regional institucionalmente menos comprometida do que um arranjo institucional que venha a cercear o potencial de expansão da economia e dos interesses brasileiros. Por outro lado, a lenta progressão da institucionalização do processo de integração não satisfaz a quem defende maior engajamento das partes e “aprofundamento” do Mercosul, dando margem a interpretações pessimistas quanto aos rumos do processo.

Este artigo se propõe a sistematizar algumas das principais teses sobre a estagnação ou crise do bloco e analisá-las à luz do que se poderia entender como projeto estratégico do Brasil. Questiona-se até que ponto o Brasil pode se dar ao luxo de prescindir do bloco regional para levar adiante seus interesses estratégicos. No caso de ser mais relevante preservá-lo, como o país deve reagir aos fatores de estagnação?

1. Mercosul: fases

Coutinho, Hoffmann, Kfuri (2008, p. 103) segmentam a trajetória do Mercosul em três fases. A de formação do Mercosul, de 1991 a 1997, na qual foi desenvolvida a estrutura institucional do bloco e enfatizados os aspectos comerciais. A fase de crise, de 1998 a 2002, que refletiu a problemática situação econômica pela qual passavam os países membro do bloco. A terceira fase, de retomada do bloco, a partir de 2003, coincide com a chegada ao poder de governos à esquerda do espectro político² e com a reorientação do bloco rumo a preocupações relacionadas a aspectos institucionais, físicos e sociais da integração ao invés de centrar-se em aspectos fundamentalmente comerciais priorizados na primeira fase.

Em termos comerciais, o desempenho do bloco variou consideravelmente nesses anos, tendo apresentado importante aumento dos fluxos intra-bloco entre 1991 e 1997. Nesse período, o comércio entre os países do Mercosul foi quadruplicado tendo passado de US\$ 10.201 milhões para US\$ 41.074 milhões, enquanto, no mesmo período, o comércio desses países com o restante do mundo foi apenas duplicado. (Coutinho, Hoffmann, Kfuri, 2008, p. 106). Entre 1997 e 2002, período de crise, houve redução de 50,18% do comércio

² Em 2003, Luis Inácio Lula da Silva no Brasil; em, Nestor Kirchner na Argentina e, em, Tabaré Vázquez no Uruguai. Em 2009, Fernando Lugo assume o poder no Paraguai e Mujica dá continuidade ao governo de esquerda no Uruguai.

intra-bloco. Em 2005, o percentual do comércio intra-bloco sobre o total do comércio dos países do Mercosul com o mundo era de 10%, e baixou para 9% em 2008.

A partir de 2003, houve esforços de maior institucionalização do bloco e reorientação para iniciativas de caráter social e político, com abertura de espaço para a atuação de atores subnacionais. Naquele ano, foi criada a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul para assessorar o Conselho e a Presidência e agilizar a comunicação interna dos órgãos do bloco. No ano seguinte, 2004, foram criados a Reunião das Altas Autoridades nas Áreas de Direitos Humanos, o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, o Centro Mercosul de Promoção do Estado de Direito e o Grupo de Alto Nível para a criação de uma Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego. Para reduzir as assimetrias entre as partes foi criado, também em 2004, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), sob demanda do Paraguai e do Uruguai. Brasil e Argentina contribuem com percentuais mais elevados, o que demonstra a disposição dos economicamente melhor posicionados em arcar com os maiores custos da integração. Em 2005, o Parlamento do Mercosul foi criado e inaugurado em 2007, ano da criação de mais três órgãos de caráter político e social, o Observatório da Democracia no Mercosul, o Instituto Social do Mercosul e o Instituto Mercosul de Formação para capacitar quadros públicos sobre a temática da integração (Coutinho, Hoffmann, Kfuri, 2008, p. 110-111).

2. Projeto estratégico do Brasil para a América do Sul

O projeto de um bloco sul-americano de países apto a fazer frente a crescentes desafios globais, firmou-se nos anos 1990 sob uma decidida investida diplomática do Brasil. Com isso, em circunstâncias históricas precisas, o país buscou operacionalizar o especial interesse por seu entorno sul-americano manifesto desde os idos de Rio Branco e crescentemente reforçado nas últimas décadas (Lafer, 2004, Bandeira, 2006; Cervo, 2006). Essa orientação de política externa fez-se notar mais claramente nas iniciativas do final dos anos 1990 que contemplaram a expansão do Mercosul à Comunidade Andina (CAN), a projeção de espaços sul-americanos de livre comércio e a implementação de projetos de integração física. Nos anos 1990, o contexto internacional mostra-se altamente favorável à desregulamentação econômica e comercial e favorece a implantação de políticas internas de perfil liberal. No plano regional, a orientação foi a do *regionalismo aberto* cepalino, uma adequação entre integração regional e desregulamentação econômica e comercial (Cervo,

2001). O Mercosul consolida-se na esteira dessas mudanças, reforça e legitima a estrutura existente da Associação Latino Americana de Integração (ALADI), criada em 1980. A proposta do Brasil de ampliação do Mercosul aos demais países sul-americanos segue a mesma orientação pragmática, de caráter essencialmente econômico e comercial. A Associação de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA) lançada pelo Brasil em 1993, e assumida pelo Mercosul em 1994, herda o *savoir faire* das últimas décadas de integração na América Latina: a opção por estratégias graduais, descentralizadas e politicamente desprentensiosas, o que não deixa de gerar a impressão de que o Brasil passa finalmente a dar mais atenção à região que, nos termos de Bandeira (2006, p. 269), foi resguardada durante o século XIX como sua “área de influência”.

Ainda sob o governo Itamar Franco, durante a VII Cúpula do Grupo do Rio realizada em Santiago, em 1993, o então ministro Fernando Henrique Cardoso lançou a idéia de uma área de livre comércio sul-americana, acolhida no âmbito do Mercosul em 1994. Essa idéia materializou-se na segunda metade daquela década, particularmente sob a intensidade das pressões externas, em especial as advindas das investidas norte-americanas sobre a região via a proposta de constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Em 1998, ao firmar o acordo quadro entre Mercosul e CAN, o então presidente FHC, assegurava a determinação do governo brasileiro em promover a integração regional a partir da experiência até então acumulada que atendesse às necessidades da região e considerasse suas características e potencialidades.

Em 2000, é realizada, em Brasília, por iniciativa do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, a I Cúpula de Presidentes Sul-americanos, com vistas a constituir, a partir do Mercosul e da Comunidade Andina, um espaço sul-americano que incluísse Chile, Suriname e Guiana (Almeida, 2002, p. 100). Juntamente com o Comunicado de Brasília foi aprovado um Plano de Ação que fomentou a criação da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que abrigou trinta e um projetos aprovados mediante procedimentos acordados. A II Cúpula foi realizada em Guayaquil, Equador, em julho de 2002. Por ocasião das duas primeiras Cúpulas, definiu-se no discurso diplomático brasileiro o escopo da América do Sul, abrangendo os doze países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (Santos, 2005, p. 102).

Com a mudança de governo no Brasil, em 2003, a via sul-americana de integração é confirmada, novos canais são criados e a ação pública passa a ser mais efetiva. Ainda em 2003, é criado o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) que consiste em um mecanismo de assessoramento e informações com vistas a estimular o comércio intra-regional.

A III Cúpula que teve lugar em Cuzco, Peru, em 2004, respalda a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Sul-americana (IIRSA), mas introduz modificações que tornam o Estado mais presente na definição e no financiamento dos projetos. Naquela ocasião, é também lançada a Comunidade de Nações Sul-americanas (CASA) com vistas a dotar o processo de integração de um espaço político apropriado a sua coordenação. Esse espaço teve, contudo, vida curta. Em abril de 2007, durante a I Cúpula Energética da América Latina, realizada em Ilha Margarita, Venezuela, foi criada a União de Nações Sul-americanas (UNASUL), em substituição a Casa.

Os esforços do Brasil em projetar-se estrategicamente na América do Sul tem sido expresso mais recentemente através do caráter *compreensivo* do governo brasileiro em relação às demandas de seus pares regionais, particularmente Bolívia e Paraguai, o que tem representado elevados custos materiais e políticos ao país. às críticas à alegada política de *generosidade* do governo Lula da Silva, o governo tem respondido que generosidade, tal como implementada, não conflita necessariamente com os interesses nacionais. Diferentemente disso, a *generosidade* hoje nada mais é, segundo o Ministro Celso Amorim, do que os interesses nacionais a médio e longo prazos, já que ao país interessa uma América do Sul próspera e pacífica (Amorim, 2007).

3. Teses sobre o Mercosul

As teses sobre a estagnação do Mercosul depreendem-se de dois argumentos básicos. Um deles diz respeito ao baixo nível de comércio intra-bloco que, depois de ter experimentado uma alta que chegou a atingir 24% do comércio da região, retrocedeu para algo em torno de 15%. Esse nível de trocas é considerado baixo quando se trata de aferir o grau de integração mediante o comércio entre as partes. Outro argumento recorrentemente evocado é o da baixa institucionalização do bloco, ainda carente de mecanismos eficazes

para resolução de controvérsias por exemplo, e o descumprimento sistemático das regras estabelecidas.

A esses dois argumentos, somam-se outros, a eles ligados, mas de ordem menos “técnica” e mais política, tais como a falta de vontade das partes para investir no aprofundamento da integração; a opção pelo alargamento do bloco mediante a inclusão de novos membros, a sobreposição de instâncias decisórias, o descumprimento das regras.

De modo geral, há coincidência quanto ao fato de que o bloco passa por crises recorrentes e encontra-se seguidamente face a impasses cada vez mais difíceis de serem superados. Segundo Hirst (2006) os dois maiores sócios, Argentina e Brasil, não foram capazes de cumprir minimamente expectativas traçadas por eles mesmos, nem em termos institucionais, de desenvolvimento ou de redistribuição de recursos. No entanto, como tanto para Brasil e Argentina o Mercosul é uma plataforma para projeção mundial, ambos temem que suas dificuldades levem o bloco a cair na irrelevância tal como outras experiências de integração latino-americana, ou a ser absorvido e diluído numa zona de livre comércio hemisférica (Bernal-Meza, 2001). Para Vaz, a ambiguidade dos governos cujas ações oscilam do afiançamento da integração à medidas restritivas a ela contribuem para gerar um clima pouco confiável à progressão do processo integrativo (Vaz, 2001). Também contribui para isso, o fato de, segundo Barbosa, as estratégias de Brasil e Argentina serem muitas vezes divergentes entre si (Barbosa, 2010).

Santana e Kasahara (2007) imputam parte das dificuldades à tentativa dos governos à esquerda do espectro político de procurar alternativas econômicas que os levaria a discutir os rumos e a distribuição dos benefícios do processo presos às agendas internas. Segundo os autores Brasil tem atuado para minimizar as assimetrias e retardar a progressão das negociações comerciais de modo a assegurar um compasso de integração mais aceitável a todos. Porém, parte do empresariado brasileiro mostra-se insatisfeito e identifica o bloco como entrave a negociações com terceiros países. A tais pressões, o governo brasileiro respondeu com incentivos e criação de instâncias consultivas para o empresariado, com o intuito de envolvê-lo no processo. Nesses termos, os autores consideram que o governo brasileiro tem conseguido levar adiante seu projeto de fortalecimento do processo de integração a despeito das críticas (Santana e Kasahara, 2007).

Numa crítica mais dura aos governos ditos de esquerda, Coutinho considera que por resistirem à liberalização, tais governos levaram o processo de integração econômica do Mercosul à asfixia. “Sob o falso argumento de que estariam ampliando a discussão para uma pauta social e participativa, esses governos, incluindo o Brasil, na verdade paralisaram o bloco.(...) não deram continuidade à integração das cadeias produtivas e á diminuição das barreiras comerciais e perfurações da tarifa externa comum...” (Coutinho, 2009^a).

A crítica da esquerda ao regionalismo, considerado essencialmente comercialista, teria levado esses governos a ignorarem a relevância do bloco para a institucionalização das relações regionais e para seu próprio desenvolvimento (Coutinho 2010).

As análises relativas ao fracasso comercial do bloco, observam recorrentemente seu estado “abalado e sem perspectiva”. Muitas delas imputam esse quadro ao descumprimento das regras estabelecidas pelo Tratado de Assunção e à introdução de flexibilizações indevidas como a aprovação do Mecanismo de Ajuste Competitivo que autoriza a Argentina e o Brasil a impor restrições (quotas e tarifas elevadas) à importação de produtos que possam causar dano à economia de qualquer um deles. Essas adequações, segundo Barbosa (2010) representam uma volta atrás do processo de integração. Segundo o autor, o “O Mercosul só terá condições de sobreviver na medida em que consiga viabilizar-se economicamente. Se o substrato econômico e comercial não avançar, de nada adianta traçar planos grandiosos nos terrenos político e social, que o edifício não se sustentará” (Barbosa, 2010, p.117). Portanto, segundo ele, a atenção com os mecanismos de expansão do comércio deveria ser o objetivo principal para evitar que o bloco se torne um foro político de “discussões pretensamente sociais” (Barbosa, 201, p. 117).

Quanto aos aspectos institucionais, Barbosa percebe o mau funcionamento das instituições do Mercosul, como resultado de seu controle por burocracias nacionais. O Tribunal Permanente de Revisão é ignorado pelas partes para solução de suas controvérsias que preferem recorrer a tribunais internacionais (Corte Internacional de Justiça da Haia ou OMC) (Barbosa, 2010, p. 149).

Segundo Kegel a Amal, “a instabilidade jurídica do Mercosul reflete a diversidade de seus objetivos, em especial a implantação de um verdadeiro Mercado Comum, com os instrumentos institucionais meramente intergovernamentais, típicos de uma simples zona de

livre comércio, sem maiores ambições integracionistas e sem nenhum tipo de mecanismo de “soberania compartilhada”. (Kegel, Amal, 2009, p. 68)

Para Vigevani, mariano e Mendes, a estrutura institucional do Mercosul facilita a transformação de questões técnicas em políticas ao não disponibilizar os canais apropriados para a resolução dos conflitos (Vigevani, Mariano, Mendes, 2002).

O caso da *papeleras*, envolvendo Uruguai e Argentina, segundo Magalhães (2006), pôs em xeque a contribuição que o Mercosul poderia dar para superação dos conflitos e também sua relevância como espaço de negociação política. Para Almeida (2006), tanto a situação econômica e comercial, quanto episódios como o das *papeleras*, colocam o bloco em risco de fragmentação política.

Para Barbosa (2010), o enfraquecimento do bloco abriu espaço para relações bilaterais dos vizinhos com o Brasil, baseadas na solidariedade e na generosidade, em desacordo com o que o autor considera a defesa dos interesses nacionais.

Outro aspecto que tem sido evocado para explicar a diagnosticada estagnação do processo e debilidade institucional do bloco é a ausência de vontade política dos sócios: “A percepção de que o Mercosul está patinando e deixando de ser atrativo para os países membros deriva, no fundo, da falta de disposição das partes para definir prioridades, visando a corrigir desvios institucionais e aprofundar a integração” (Barbosa, 2010, p. 109). Para Coutinho (2010) faltam lideranças para iniciar um processo de reformas que revigorem e adaptem o organismo ao cenário atual.

Para Barbosa (2010), o Brasil diversificou parcerias preocupado com sua projeção internacional e descuidou da progressão do Mercosul, apesar de sustentar retórica em contrário. Coutinho concorda ao afirmar que o Brasil, ao privilegiar a formação de uma comunidade de segurança regional em favor de um assento no Conselho de Segurança da ONU, foi responsável pelas dificuldades do Mercosul. O governo Lula teria ajudado, segundo ele, a produzir a *alaczação* do Mercosul através de perda de impulso, descarte de metas anteriores e sobreposição de prioridades (Coutinho, 2009b).

Mais um aspecto que tem sido visto com preocupação quanto a progressão do Mercosul é o movimento de alargamento empreendido, particularmente de inclusão da Venezuela. Segundo Barbosa, o populismo nacionalista de Chávez estaria na raiz da

desintegração regional e introduziria a desarticulação do eixo Brasil-Argentina de integração (Barbosa, 2010, Hirst, 2006).

Considerações finais

Consideramos aqui que é possível que as teses sobre estagnação do Mercosul decorram de certa visão da integração pouco apropriada, porque parcial, para analisar tais processos em contextos tão assimétricos.

Concordamos com Vaz (2001) a respeito de que a análise não deve resultar meramente do balanço da progressão institucional e dos resultados comerciais e econômicos, mas que deve tomar em conta aspectos internos e externos que condicionam o desempenho econômico do bloco. Também devem ser considerados fatores de ordem política que orientam as escolhas dos governos face a oportunidades e desafios.

Nesses termos, “o Mercosul resulta de uma interação complexa, nem sempre coerente, de forças estruturais e fatores conjunturais presentes nos planos global, regional e doméstico simultaneamente”. (Vaz 2001, p. 43) O revigoração do bloco depende do afiançamento político dos governos, do respaldo social e da possibilidade de estreitar a cooperação em diferentes domínios até que sejam dadas as condições para o aprofundamento no plano econômico (Vaz 2001).

Quanto a aparente ambigüidade demonstrada pelo governo brasileiro nos últimos anos ao pronunciar-se favoravelmente à integração e não investir pesadamente em sua institucionalização, tendemos a interpretar que a ação do Brasil é coerente com seus interesses de médio e longo prazos, na linha do que argumenta o governo. Dadas as características econômicas, políticas e sociais da região a realização do projeto estratégico do Brasil de assegurar uma América do Sul próspera e integrada sob sua influência não pode ser atingido em curto espaço de tempo.

No que concerne ao desempenho do Mercosul como um todo, consideramos válida a argumentação desenvolvida por Vaz segundo a qual a análise do processo deve combinar várias dimensões simultaneamente e o analista deve ter presente que o processo por ser multidimensional jamais é perfeitamente coerente.

Portanto, análises pessimistas fundamentadas no precário desempenho comercial, na baixa institucionalização ou em incidentes de percurso tendem a não dar conta da complexidade do processo.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto. *Os primeiros anos do século XXI. O Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 49, n. 1, p.95-116, 2006.
- AMORIM, C. *A nova política externa independente*. II Curso para diplomatas sul americanos. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, FUNAG, IPRI, 2007. (vídeo)
- BANDEIRA, Moniz. O Brasil e a América do Sul. In: ALTEMANI, Henrique, LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. Vol. I, São Paulo: Saraiva, p. 267-298, 2006.
- BARBOSA, Rubens. Mercosul e a integração regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- BERNAL-MEZA, Raúl, QUINTANAR, Silvia. Argentina: entre o Mercosul e a Alca. *Revista Brasileira de Política Internacional*.Brasília, v. 44, n. 2, 2001. p. 151-167.
- CERVO, Amado Luiz. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: ALTEMANI, Henrique, LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. Vol. I, São Paulo: Saraiva, p. 7-34, 2006.
- COUTINHO, Marcelo. O Mercosul ainda é importante? O Estado de São Paulo. 18/05/2010.
- COUTINHO, Marcelo. Reencontro com o Mercosul. Folha de São Paulo. 19/06/2009a.
- COUTINHO, Marcelo. Década perdida para o Mercosul. Jornal do Brasil. 04/07/2009b.
- COUTINHO, Marcelo. HOFFMANN, Andréa Ribeiro, KFOURI, Regina. Indicadores e análise multidimensional do processo de integração do Cone Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 51, n. 2, p. 98-116, 2008.
- HIRST, Mônica. Venezuela cambiará el equilibrio Del Mercosur. Clarín, 16/07/2006. OPSA.
- KEGEL, Patrícia Luiza, AMAL, Moahamed. Instituições, direito e soberania: a efetividade jurídica nos processos de integração regional nos exemplos da União européia e do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n. 1, p. 53-70, 2009.

- KUME, Honório, PIANI, Guida. Mercosul: o dilema entre área de livre comércio e união aduaneira. *Revista de Economia Política*. V. 25 n. 4 out.-dez./2005. p. 370-390.
- LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. Passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- MAGALHÃES, Bruno. O papel do Mercosul: a crise das papeleras e o processo de integração regional sul-americano. *Observador On-line*, v. 1, n. 6, ago. 2006. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br>
- SANTOS Luís Cláudio Villafañe G. Brasil: Americano, Latino-Americano ou Sul-Americano? *Cuadernos del CLAEH*, Montevideu, 2ª série, ano 28, p. 87-107, 2005.
- SANTOS, Fabiano; VILAROUCA, Márcio. Adesão da Venezuela ao Mercosul: des-ideologizar como forma de atingir o interesse nacional. *Papeis Legislativos*, 4, ago 2007. Necon. Núcleo de Estudos sobre o Congresso. OPSA.
- VAZ, Alcides Costa. Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade? *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 44, n. 1, p. 43-54, 2001.
- VAZ, Alcides Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 42, n. 2, p. 52-80, 1999.
- VEGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo Passini; MENDES, Ricardo Glöe. Instituições e conflitos comerciais no Mercosul. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 16 n. 1 p. 44-53, 2002.